

Partido Popular CDS-PP

Grupo Parlamentar



Assembleia da República Gabinete do Presidente
N.º de Entrada <u>118381</u>
Classificação <u>01104102 1 1</u>
Data <u>0110114</u>

A Sua Excelência
O Senhor Presidente da
Assembleia da República

MENCIONE-SE
PUBLIQUE-SE
EXPEÇA-SE

2007.07.18

Fernando Santos

REQUERIMENTO
Nº 683/X (1ª) - AC

*Por determinação de Sua Excelência o
Presidente da A.R., à DAPLEN*

05.07.15

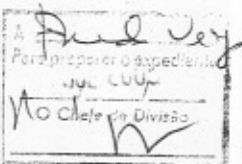
R. San

À Senhora Ministra da Cultura

Assunto: Túnel de Ceuta

Considerando que:

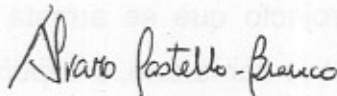
- I. O Túnel de Ceuta é um projecto que se arrasta já desde 1996, primeiro devido à indolência do executivo camarário, e depois devido aos inexplicáveis entraves levantados pelo IPPAR e pela Senhora Ministra da Cultura à finalização da obra.
- II. Esta situação traz graves inconvenientes para todos os portuenses, e demonstra uma inaceitável falta de respeito pelos interesses da cidade.
- III. As obras continuam paradas, tendo a Senhora Ministra da Cultura, através do IPPAR, contestado mesmo as obras de segurança que estavam a ser realizadas, e movido um processo crime ao Presidente da Câmara, à administração da Empresa Municipal de Obras Públicas e ao empreiteiro.
- IV. No âmbito deste processo, o IPPAR solicitou apoio jurídico à Sociedade de Advogados PLMJ - A.M.Pereira, Sáragga Leal, Oliveira Martins, Júdice e Associados.



Tendo presente que na questão do Túnel de Ceuta não se visa resolver nenhum problema à cidade do Porto, mas sim criá-lo, e atendendo ao nível de honorários normalmente praticado por esta prestigiada sociedade de advogados, **o Deputado do CDS-PP, abaixo-assinado, vem**, ao abrigo do disposto nas alíneas d), e) e g) do artigo 156º da Constituição da República Portuguesa, no número 3 do artigo 12º do Estatuto dos Deputados, e nos números 1 e 2 do artigo 245º do Regimento da Assembleia da República, **requerer**, por intermédio de V. Ex.ª, nos termos e fundamentos que antecedem, **que a Exma. Senhora Ministra da Cultura informe quanto custa ao IPPAR o referido apoio jurídico, da Sociedade de Advogados PLMJ - A.M. Pereira, Sáragga Leal, Oliveira Martins, Júdice e Associados.**

Lisboa, Palácio de São Bento, 14 de Julho de 2005.

O Deputado do CDS – PP,



(Álvaro Castello-Branco)